

Evasão escolar aumentou após Bolsa Família?

A Comissão de Educação discute amanhã a informação, veiculada em reportagens, de que aumentou a evasão escolar apesar da expansão do Bolsa Família. Serão ouvidos jornalistas do *Estado de Minas* e do *Correio Braziliense*, além de representante do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Propuseram a audiência Rosalba Ciarlini, Cristovam Buarque e Mesquita Júnior. **Página 3**



O presidente interino do Senado, Tião Viana, prometeu a representantes da União Nacional dos Legislativos Estaduais que ouvirá os líderes partidários sobre a votação da PEC que devolve às assembleias a decisão de criar municípios. **Página 2**

CPMF EM DEBATE

- ◆ Maciel anuncia hoje prazos de tramitação da proposta na Comissão de Justiça
- ◆ Tião Viana aponta necessidade de o governo apressar diálogo com oposição
- ◆ Osmar Dias e Cristovam querem rediscutir apoio do PDT à prorrogação
- ◆ Heráclito diz que governo pretende usar recursos fora da área da saúde
- ◆ Mão Santa lembra que o PT sempre foi contra a cobrança do tributo

Páginas 2, 3 e 4

Projeto garante a antigos os direitos dos novos clientes

A garantia de que antigos clientes terão os benefícios oferecidos a novos consumidores será discutida hoje pela Comissão de Defesa do Consumidor. **Página 3**

Decisão sobre novas denúncias deve sair hoje

A Mesa decide hoje se encaminha ao Conselho de Ética representações contra Renan Calheiros e Eduardo Azeredo, acusados pelo PSOL de quebra de decoro parlamentar. **Página 7**

Lobão alerta para riscos de venda de terra a estrangeiros

Edison Lobão advertiu ontem para a falta de controle da aquisição, por estrangeiros, de terras brasileiras, atraentes devido aos recursos naturais. **Página 4**



Jane Araújo

Presidente interino destaca necessidade de o governo apressar entendimento com os partidos de oposição para conseguir prorrogar a cobrança da contribuição

Tião Viana acredita no diálogo para votar CPMF no Senado

Na avaliação do presidente interino do Senado, Tião Viana, é mínimo o risco de a votação da proposta de emenda à Constituição que prorroga a Contribuição Provisória por Movimentação Financeira (CPMF) ficar para janeiro de 2008. Mesmo assim, ele destaca a necessidade de o governo apressar o diálogo com os partidos de oposição sobre a CPMF. O senador disse que desconhece os planos do Executivo para essa votação, mas aposta no entendimento.

– Nós temos prazo regimental a ser obedecido e temos capacidade de diálogo entre governo e oposição. Só sei que o governo tem que correr para dialogar com o Senado. Um diálogo à luz do dia e pautado nos interesses da sociedade – assinalou.

Apesar de ver nas manobras protelatórias dos partidos de oposição o risco de a deliberação da prorrogação da CPMF ficar para janeiro, Viana considerou



Debate envolve consciência política e responsabilidade social, considera Viana

que, quando as convicções partidárias forem apresentadas e as negociações se realizarem, o entendimento virá à tona. Ele afirmou ainda acreditar que “tudo vai ser reconhecido pela sociedade brasileira, porque o princípio da transparência vai falar mais alto”.

O senador também ponderou

que, mais importante que impor prazo à relatora da matéria, senadora Kátia Abreu (DEM-TO), deve-se priorizar o diálogo. Tião Viana recomenda que se faça um entendimento a partir do debate pleno e profundo da matéria entre as diferentes forças partidárias. Em sua opinião, essa é uma discussão que envolve consciência política, responsabilidade social e interesses partidários.

Indagado sobre o encontro que o ministro da Fazenda, Guido Mantega, terá nesta semana com senadores para tratar da votação da matéria, Tião Viana disse que cabe à oposição dizer o que quer.

– Aí fica a prerrogativa da oposição de aceitar ou não o movimento do governo. Meu papel é observar, acompanhar, ver se estão se construindo dentro do campo regimental saídas para que se decida com a maior maturidade possível uma matéria como a CPMF – finalizou.

Senador apóia aprovação da PEC sobre municípios

O presidente interino do Senado, Tião Viana, afirmou ontem aos representantes da União Nacional dos Legislativos Estaduais (Unale) que irá negociar com os líderes partidários a votação da proposta de emenda à Constituição do senador Sérgio Zambiasi (PTB-RS) que devolve às assembleias legislativas o poder de legislar sobre a criação, incorporação, fusão e

desmembramento de municípios. O pleito foi levado a Tião Viana pelo presidente da Unale, deputado estadual Alexandre Postal (PMDB-RS). O senador é a favor da aprovação da matéria.

– A responsabilidade do Senado é desconcentrar poder da União. Tem que haver redivisão territorial, porque não dá para imaginar estados como Acre,

Amazonas e Pará do jeito que estão, com distritos com até 20 mil habitantes – comentou.

Segundo Alexandre Postal, a prerrogativa de as assembleias legislares sobre a questão municipal foi repassada ao Congresso pela Emenda Constitucional 15/96. Depois de quatro anos em tramitação, a PEC 13/03 foi incluída na ordem do dia de hoje.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Plenário homenageia Che Guevara

Às 10h, o Senado realiza sessão especial em homenagem à memória de Che Guevara, argentino que liderou, ao lado de Fidel Castro, a guerrilha cubana que implantou na ilha um regime socialista. A partir das 14h, os senadores



analizam o projeto que estabelece a competência do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) para prevenir e reprimir infrações contra a ordem econômica e contra a concorrência no Sistema Financeiro Nacional.

Pregão eletrônico em debate na CAE

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) reúne-se, às 10h, para examinar pauta de 15 itens, entre os quais o projeto que amplia as possibilidades de uso do pregão eletrônico nas compras do governo.

Também será apreciada proposta que permite ao empregado participar do capital da empresa em que trabalha, utilizando-se do saldo do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).

Benefício fiscal para construção de salas de cinema

Projeto que altera a Lei Rouanet, de incentivo à cultura, para estender benefício fiscal às doações e patrocínios destinados à construção de salas de cinema em municípios com menos de 100 mil habitantes, será discutido, às 11h, pela Comissão de

Educação (CE). Entre as 21 proposições em pauta, está ainda a proposta que visa destinar bolsas remanescentes do Programa Universidade para Todos (ProUni) a estudantes que tenham cursado parte do ensino médio em escolas privadas.

CPI das ONGs formula plano de trabalho

A partir das 11h, a Comissão Parlamentar de Inquérito das ONGs, que apura denúncias de irregularidades no uso de recursos públicos por organizações não-governamen-

tais e por organizações de sociedade civil de interesse público (Oscips), reúne-se para formular um plano de trabalho e avaliar requerimentos de convocação de depoentes.

CMA vota emendas ao Plano Plurianual

Emendas ao Plano Plurianual (PPA) para o período de 2008 a 2011 serão discutidas e votadas às 11h30, pela Comissão de Meio Ambiente (CMA). Na segunda parte da reunião, os senadores analisam sete proposições, entre elas projeto que obriga o fornecedor a informar sobre o direito de arrendimento pela aquisição de produtos ou serviços em negócios realizados fora de estabelecimento comercial.

Comissão discute mercado de carbono

A Comissão Mista de Mudanças Climáticas discute, às 14h30, o mercado de créditos de carbono. Estão convidados a assessora técnica da Coordenação de Mudanças Globais do Clima do Ministério da Ciência e Tecnologia, Branca Americana; o coordenador de Projetos da Fundação Getúlio Vargas, Virgílio Horácio Samuel Gibbon; e o superintendente de Vendas de Crédito de Carbono do Banco Real, Maurik Jehee.

JORNAL DO SENADO

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente interino: Tião Viana
2º Vice-Presidente: Alvaro Dias
1º Secretário: Efraim Morais
2º Secretário: Gerson Camata
3º Secretário: César Borges
4º Secretário: Magno Malta

Suplentes de Secretário: Papaléo Paes, Antônio Carlos Valadares, João Claudino e Flexa Ribeiro

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora da Secretaria Especial de Comunicação Social: Virgínia Galvez
Diretor de Jornalismo da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios
Diretor do Jornal do Senado: Eduardo Leão (61) 3311-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Iara Altafin, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade e Juliana Steck
Diagramação: Henrique Eduardo Lima de Araújo e Iracema F. da Silva
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida e Miquéas D. de Moraes
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Humberto Sousa Lima
Arte: Cirilo Quartim e Leif Bessa
Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

AGÊNCIA SENADO

Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327
Chefia de reportagem: Denise Costa, Davi Emerich e Moisés de Oliveira (61) 3311-1670
Edição: Rafael Faria e Rita Nardelli (61) 3311-1151
O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte. Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações
Site: www.senado.gov.br - **E-mail:** jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800 61-2211 - **Fax:** (61) 3311-3137
Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por Alvaro Dias, Papaléo Paes e Augusto Botelho

Renan Calheiros anuncia licença médica de dez dias

O presidente licenciado do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL), anunciou ontem, por intermédio de sua assessoria, que entrará em licença do mandato por dez dias “para fazer exames médicos de rotina”. O pedido de licença seria protocolado ainda ontem, mas até as 19h ainda não havia chegado à Secretaria Geral da Mesa.

A data de início da licença é a do requerimento. Renan, portanto, estará de licença até o dia 31 de outubro, se a data for a de ontem, ou até o dia 1º de novembro, se a data for a de hoje. Desde o dia 11, o senador encontra-se em licença da Presidência da Casa.

Como o Regimento Interno do Senado é omissivo e não há precedentes na Casa, não se sabe se o Conselho de Ética irá interromper o prazo que está correndo para defesa relativa à terceira representação, relatada pelo senador Jefferson Péres (PDT-AM).

Renan teria que se defender até amanhã da denúncia de que se associou ao usineiro João Lyra para



Segundo a assessoria de Renan, licença do mandato será para fazer exames

comprar de forma clandestina um jornal e duas emissoras de rádio em Alagoas, mas a assessoria dele não informou se ele cumprirá o prazo ou não. O presidente licenciado até tentou falar com Jefferson à tarde, mas este estava em trânsito, vindo de Manaus.

– Entendo que os prazos não se interrompem. De todo modo, vou pedir subsídios sobre o assunto à Consultoria Legislativa – disse o presidente do conselho, Leomar Quintanilha (PMDB-TO).

Para Tião Viana, pedido seria justificado por situação de estresse

Ao comentar o pedido de licença médica por dez dias de Renan Calheiros, o presidente interino do Senado, Tião Viana (PT-AC), considerou o motivo de afastamento coerente, pois uma situação de estresse seria justificável no atual momento. Sem querer antecipar sua posição pessoal, Viana confirmou que a sexta representação contra Renan e a primeira contra o senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG), ambas do PSOL, serão analisadas na reunião da Mesa de hoje e receberão tratamento independente e livre de paixões políticas.

Em relação às representações contra Renan, Tião Viana acredita que seria razoável suspender a tramitação dessa última enquanto se avança no julgamento das

demais. Ele não crê que a licença temporária de saúde possa prejudicar os julgamentos dos processos contra Renan no Conselho de Ética. E observou que não caberia mais a hipótese de renúncia ao Senado da parte do presidente licenciado após ter sido notificado a apresentar defesa nas diversas representações.

O senador também sustentou que não se misturam o caso Renan com a votação da PEC que prorroga a CPMF. O presidente interino do Senado afirmou ter conversado ontem com o ministro-chefe das Relações Institucionais, Walfrido Mares Guia, mas disse que ainda não foi definida a data da reunião do presidente Lula com ministros e senadores para discutir a prorrogação da contribuição.

Pedidos de apuração de denúncias contra Renan e Azeredo podem ser enviados hoje ao Conselho de Ética. Presidente licenciado da Casa pode responder ao sexto processo por quebra de decoro

Mesa decide sobre representações protocoladas na semana passada

O presidente interino do Senado, Tião Viana, reúne os membros da Mesa às 11h para decidir se encaminha ou não ao Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, para abertura de processo disciplinar, duas novas representações por quebra de decoro, protocoladas pelo PSOL na última semana.

Uma das representações, a sexta contra o presidente licenciado do Senado, Renan Calheiros, pede que o conselho investigue denúncias de que o parlamentar teria apresentado proposta de emenda no valor de R\$ 280 mil ao Orçamento da União visando favorecer uma empresa fantasma de um ex-assessor de seu gabinete.

A outra representação, também por quebra de decoro, é contra Eduardo Azeredo (PSDB-MG) e pede investigação sobre um possível envolvimento do senador com um suposto esquema apelidado de “mensalão mineiro”. A denúncia, que já está sendo investigada pelo Supremo Tribunal Federal (STF), é de que Azeredo teria recebido recursos ilegais desse esquema durante sua campanha para governador de Minas Gerais, em 1998.

Segundo a assessoria de imprensa de Azeredo, uma outra representação com o mesmo objetivo foi arquivada pelo conselho no ano



Jefferson Péres é relator da terceira representação contra Renan

passado, sob a argumentação de que se tratava de denúncia anterior à posse de Azeredo no Senado.

Advocacia

Protocoladas na última quinta-feira, as duas representações foram encaminhadas no mesmo dia à Advocacia do Senado, para receberem parecer jurídico.

Jefferson Péres (PDT-AM) – relator do processo que investiga denúncia de que Renan teria comprado, em parceria com o usineiro João Lyra, mas por meio de laranjas e sem declarar à Receita Federal, duas emissoras de rádio e um jornal em Alagoas – lembrou que vence amanhã o prazo para que Renan entregue sua defesa prévia a respeito dessas acusações.



Almeida Lima investiga denúncia sobre suposto desvio de recursos de ministérios

Renan tem ainda que apresentar ao conselho sua defesa em relação ao processo que apura denúncias de que ele e o empresário Luiz Garcia Coelho teriam montado um esquema para desviar recursos de ministérios comandados pelo PMDB. Almeida Lima (PMDB-SE) é o relator dessa matéria.

O senador Renan também deverá prestar esclarecimentos sobre o processo que apura denúncias de que ele estaria envolvido em um esquema de espionagem contra Demostenes Torres (DEM-GO) e Marconi Perillo (PSDB-GO), apesar de não ter sido ainda notificado oficialmente para que se defenda em relação a esse assunto, por falta da designação de relator.

Alvaro: sexta denúncia contra Renan deve ser apurada

Alvaro Dias (PSDB-PR) disse esperar que a Mesa acolha a sexta representação contra o senador Renan Calheiros.

– Essa denúncia deve ser investigada, não só porque é grave, e não ficaria bem o Senado deixar de investigá-la, mas também porque é a mais fácil de se apurar. Se ele

alocou os recursos para a empresa, isso ficou registrado – disse.

Sobre a representação contra Eduardo Azeredo, Alvaro, que é segundo vice-presidente do Senado e, portanto, membro da Mesa, defende seu arquivamento, pelo fato de a mesma denúncia já ter sido apresentada anteriormente.

Já a denúncia de que Renan estaria envolvido em espionagem a senadores por Goiás, ele considera “desnecessária”. Alvaro observou ainda que não acredita em renúncia de Renan à Presidência do Senado e vê, portanto, como prematuras as especulações em torno da sucessão.

Seminário mostra funcionamento do Legislativo a assessores do Confea

O Instituto do Legislativo Brasileiro (ILB), a Universidade do Legislativo (Unilegis) e o Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento da Câmara dos Deputados (Cefor) promovem seminário com o objetivo de mostrar a assessores do Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (Confea) o funcionamento do Poder Le-

gislativo e as oportunidades de capacitação oferecidas por esses institutos.

Efraim Morais (DEM-PB), 1º secretário do Senado, participa hoje, às 9h, da abertura do seminário no ILB, juntamente com o presidente do Confea, Marcos Túlio de Melo. O evento terá início com a palestra “Desenvolvimento político e o futuro

da democracia”, do professor Octaciano Nogueira.

Às 11h, haverá uma visita guiada às dependências do Senado. Logo depois, a diretora-executiva do ILB, Denise Zoghbi, apresentará as atividades desenvolvidas pelo instituto. Em seguida, Fábio Liberal fará palestra sobre a Organização e o Funcionamento do Poder Legislativo. À tarde, a

vice-reitora acadêmica da Unilegis, Vânia Maione, apresentará os cursos da Universidade do Legislativo.

Segundo a assessora do Confea, Maria Helena de Carvalho, o foco principal do seminário, que será encerrado amanhã, é o desempenho do assessor parlamentar nas relações entre o Poder Legislativo e as organizações.



Efraim Morais, 1º secretário do Senado, participa da abertura do evento no ILB

Novas promoções poderão ser estendidas a contratos antigos

Dois projetos que alteram o Código de Defesa do Consumidor devem ser analisados hoje pela Comissão de Meio Ambiente (CMA). O primeiro, da senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE), determina que, no fornecimento de bens e serviços de forma contínua, o fornecedor deverá estender, aos contratos em vigor, as condições oferecidas a novos consumidores.

O PLS 45/06 tramita em decisão terminativa na CMA, com parecer favorável de Inácio Arruda (PCdoB-CE) e voto em separado pela rejeição, do senador Edison Lobão (PMDB-MA), argumentando que a proposta pode inibir a liberdade de inovar e prejudicar a criatividade nos negócios.

O segundo projeto, da senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO), visa impor aos fornecedores a obrigação de alertar o consumidor, por escrito e de forma clara e

destacada, sobre seu direito de arrependimento.

O PLS 424/07 tramita na comissão também em decisão terminativa, com parecer favorável de Flávio Arns (PT-PR), que acrescenta emenda para aumentar, de sete para 90 dias, o prazo para o consumidor exercer seu direito de desistência caso não tenha sido adequadamente informado sobre ele.

Campos Amazônicos

A CMA poderá aprovar ainda a realização de audiência pública – requerida por Expedito Júnior (PR-RO) – sobre a criação do Parque Nacional dos Campos Amazônicos e sobre os problemas enfrentados pelas 183 famílias que residem na área desde 2003.

Também na reunião de hoje, a comissão deve examinar e votar as emendas ao Plano Plurianual (PPA) para o período 2008-2011.



CMA deve votar emendas ao PPA 2008/11 e mudanças no Código de Defesa do Consumidor

Comissão de Mudanças Climáticas debate mercado de carbono

A Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas realiza hoje audiência pública para discutir assuntos relacionados ao mercado de créditos de carbono.

Para participar da reunião, foram convidados a assessora técnica da Coordenação de Mudanças Globais do Clima, do Ministério da Ciência e Tecnologia, Branca Americana; o coordenador de projetos da Fundação Getúlio Vargas, Virgílio Horácio Samuel Gibbon; e o superintendente de Vendas de Crédito de Carbono do Banco Real, Maurik Jeehe.

O mercado de carbono funciona sob as regras do Protocolo de Kyoto, e prevê a remuneração, via mercado, por ações que reduzem as emissões de gases do efeito estufa. Um desses instrumentos é o Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL), que permite aos países desenvolvidos, em vez de cortar emissões nas fontes, comprar direitos (os chamados créditos de carbono) dos países que teriam direito e contabilizar as reduções como se tivessem ocorrido nos países compradores.

Divulgação será feita hoje, às 15h, pelo presidente da Comissão de Constituição e Justiça. Senador informará prazo para entrega do relatório de Kátia Abreu e votação no colegiado

Maciel anuncia cronograma de tramitação da proposta da CPMF

O presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), senador Marco Maciel (DEM-PE), vai divulgar hoje o cronograma de tramitação da proposta de emenda à Constituição que prorroga a Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) até 2011. O anúncio será feito em entrevista coletiva marcada para as 15h, na sala de reuniões do colegiado. Com a iniciativa, o senador pretende encerrar questionamentos sobre o momento em que a relatora da matéria, senadora Kátia Abreu (DEM-TO), deve entregar sua análise à comissão e sobre o término do prazo para a votação da PEC 89/07 no colegiado.

A polêmica regimental é estimulada pelas divergências entre o governo e parte da oposição sobre o destino da CPMF. Para o governo, interessa votar rapidamente a matéria e garantir que a contribuição possa ser cobrada desde o primeiro dia do próximo ano – a contribuição expira em 31 de dezembro e, caso sua decisão



Senadores da CCJ têm até 30 dias para deliberar sobre propostas de emenda à Constituição

fique para janeiro, o governo terá de cumprir “noventena” antes de reiniciar os recolhimentos. Na oposição, há partidos dispostos a liberar suas bancadas na votação, mas o DEM já se posicionou contra a prorrogação e deve trabalhar para prolongar ao máximo a tramitação.

Ao comentar as hipóteses para o andamento da matéria no Senado, a pedido de jornalistas, o secretário-adjunto da Secretaria Geral da Mesa, Paulo Mohn, lembrou que a CCJ tem prazo-limite de 30 dias para deliberar sobre propostas de

emendas constitucionais, a partir da data de despacho da matéria ao colegiado. Caso a decisão não ocorra dentro desse tempo, como informou, o exame pode passar a ser feito diretamente em Plenário, por provocação do presidente da Casa.

Outra polêmica envolve decisão sobre o cálculo do prazo, se é contado em dias corridos – mais curto, como interessa ao governo – ou se prevalece apenas a contagem dos dias úteis, ou seja, deixando de fora feriados e finais de semana.

Comissão de Orçamento vota créditos suplementares

A Comissão Mista de Orçamento (CMO) reúne-se hoje, às 11h, para votar créditos suplementares no valor de R\$ 708 milhões. A maior parte do total dos recursos – R\$ 306,7 milhões – vai para os ministérios do Trabalho e Emprego e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

No Ministério do Trabalho e Emprego, conforme o projeto de lei (PL 29/07-CN), os recursos serão utilizados em práticas de segurança e saúde nas pequenas empresas. As verbas destinadas ao Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome vão para operacionalização do cadastro único do programa



Presidida por José Maranhão, CMO decide sobre recursos para oito ministérios

Bolsa Família e para aquisição de alimentos de cerca de 111 mil agricultores familiares, além da compra de leite para cerca de 700 mil famílias.

Outro projeto de lei (28/07-CN)

que deve ser votado é o que abre crédito suplementar de R\$ 233,9 milhões para os ministérios da Ciência e Tecnologia, da Educação e da Cultura. A maior parte – R\$ 225 milhões – vai para o Ministério da Educação, que beneficiará várias universidades e escolas federais, além de canalizar recursos da ordem de R\$ 64 milhões para melhorar a qualidade da educação profissional de jovens e adultos.

A CMO, presidida pelo senador José Maranhão (PMDB-PB), deve deliberar sobre outros créditos suplementares para os ministérios da Fazenda, do Turismo e do Meio Ambiente, no valor de R\$ 164 milhões.

Audiência discute aumento da evasão escolar

Audiência pública na Comissão de Educação (CE) discute amanhã informações veiculadas pela mídia sobre o aumento da evasão escolar, apesar da expansão do programa Bolsa Família.

Estão convidados os jornalistas Luiz Ribeiro, do *Estado de Minas*, e Paloma Oliveto, do *Correio Braziliense*; a secretária nacional de

Renda de Cidadania (Senarc), do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Rosani Cunha; o gerente do programa Escolas Técnicas do Governo do Distrito Federal, Marcelo Aguiar; e o coordenador-geral da Campanha Nacional pelo Direito à Educação, Daniel Cara.

Na audiência, proposta por Ro-

salba Ciarlini (DEM-RN), Cristovam Buarque (PDT-DF) e Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC), deverão ser avaliadas as diversas causas da evasão escolar.

Em reportagem publicada pelo *Correio Braziliense* sobre o assunto, Cristovam afirma que “misturaram a Bolsa Escola com o Vale-Gás e outros programas.

A mudança tirou das famílias pobres brasileiras a consciência da importância da educação”. Isso porque, segundo o jornal, ao contrário do Bolsa Escola, idealizado por Cristovam, ex-governador do DF e ex-ministro da Educação, o Bolsa Família não exige a permanência das crianças nos bancos escolares.



Cristovam: se o PMDB não escolher bem, temos o direito de reagir e escolher outro

Cristovam pede ao PMDB nome que signifique mudança para o Senado

Cristovam Buarque (PDT-DF) pediu ontem ao PMDB que escolha um novo presidente do Senado comprometido com a mudança e não com o continuísmo, sob pena, advertiu, de a crise que se instalou na Casa se agravar ainda mais. Ele disse que o processo sucessório já está aberto.

– Como é a praxe, o nome deve

vir do PMDB, mas se esse partido não escolher bem, temos o direito de reagir e escolher outro que traga a mudança – defendeu.

O senador acredita que essa decisão precisa ser tomada antes que a escolha do novo presidente seja feita pelo Palácio do Planalto, como vem sendo divulgado pela imprensa e em conversas de

bastidores. Ele considera que o novo presidente não deve ser um “apêndice do Palácio do Planalto, nem submetido ao Judiciário”.

Cristovam disse que o Senado é uma instituição doente e que “estão querendo matá-lo”, numa referência ao PT, que já se manifestou pela extinção da Casa e pelo estabelecimento do sistema

unicameral no país.

Em apartes, Mão Santa (PMDB-PI) propôs o nome do senador Pedro Simon (PMDB-RS) para a Presidência do Senado. Osmar Dias (PDT-PR) sugeriu ainda que os partidos façam uma indicação, caso o PMDB não apresente “um nome de confiança”.

Osmar Dias quer rediscutir apoio do PDT à prorrogação da CPMF

Senador lamenta que Executiva Nacional do partido tenha “fechado questão” a favor da prorrogação e condiciona seu apoio ao fim da Desvinculação das Receitas da União

O senador Osmar Dias (PDT-PR) sugeriu ontem que a bancada do PDT rediscuta se deve votar contra ou a favor da prorrogação da CPMF. Ele lamentou que a Executiva Nacional do PDT tenha “fechado questão” a favor da prorrogação do imposto e disse que o assunto precisa ser rediscutido, com mais profundidade, pelos senadores do partido.

– O PDT não pode simplesmente votar a favor da CPMF só porque faz parte do governo. Temos de analisar isso com seriedade. A gente precisa se posicionar de forma séria e não de forma



Foto: Leopoldo Silva

“A gente precisa se posicionar de forma séria e não demagógica”, diz Osmar Dias

demagógica – afirmou o senador, pouco antes de ser apartado por Cristovam Buarque (PDT-DF), que apoiou a idéia do correligionário.

Osmar Dias ressaltou que a contribuição arrecadou, desde sua criação, algo em torno de R\$ 268 bilhões. Entretanto, acrescentou, 20% desses recursos não foram nem para a saúde nem para a seguridade social por causa da Desvinculação das Receitas da União (DRU), que destina 18% dos recursos arrecadados pela CPMF “para o governo fazer o que ele quer”. Ele vinculou seu apoio à prorrogação da contribuição ao fim da DRU e defendeu a idéia de só se cobrar CPMF de quem tiver movimentação mensal acima de R\$ 2.500.

Heráclito lembra ao governo que contribuição foi criada para a saúde

Heráclito Fortes (DEM-PI) enfatizou ontem que a criação da CPMF, no governo Fernando Henrique, decorreu da necessidade de investimentos no sistema de saúde do país, que passava por grave crise.

– Também estávamos vivendo a adequação de um plano de estabilização econômica, financeira e fiscal, tendo como carro-chefe

a estabilidade da moeda. E havia necessidade, pelo fato de o mundo estar em crise econômica, de se encontrar uma maneira imediata de atender a saúde – acentuou.

Para o senador, o governo de Luiz Inácio Lula da Silva planeja usar os recursos da contribuição para outras finalidades que não a saúde. Ele acusou o governo de ter usado os recursos da CPMF



Heráclito acusa governo de ter usado recursos para pagar dívida externa

para o pagamento antecipado da dívida externa, o que teria provocado prejuízo ao Tesouro.

Mão Santa: Senado tem de estar em sintonia com o povo

Mão Santa (PMDB-PI) posicionou-se contrário à prorrogação da CPMF. Ele disse que o Senado “tem de estar em sintonia com o povo”. O senador lembrou que, em 1999, quando o governo Fernando Henrique Cardoso propôs a prorrogação da CPMF (criada em 1996), vários parlamentares do PT foram contrários à medida.



Nunca a saúde pública brasileira esteve tão ruim, ressalta Mão Santa

Para o senador, nunca a saúde pública brasileira esteve tão ruim. Como exemplo, citou a epidemia de dengue que o Brasil vem enfrentando e afirmou que o governo gasta pouco na saúde:

cerca de US\$ 150 anuais por pessoa, enquanto os Estados Unidos investem cerca de US\$ 3 mil anuais por habitante.

Ao comentar ainda denúncia de corrupção em seu estado, feita por vereador de Teresina, Mão Santa criticou a estratégia do PT para vencer as eleições municipais no Piauí. Ele disse que o partido venceu várias eleições para prefeito no estado em razão de promessas falsas feitas durante a campanha eleitoral pelo próprio presidente Lula e pelo governador do estado, Wellington Dias.

Lobão diz que governo não controla aquisição de terras por estrangeiros

Para Edison Lobão (PMDB-MA), falta controle, por parte do governo federal, do processo de aquisição de terras nacionais por estrangeiros, fato preocupante no atual contexto, em que “empresas transnacionais bilionárias têm interesses de lucro aguçados pela abertura de novos negócios vinculados à terra”.

Lobão observou que vários países adotam políticas restritivas ao acesso de estrangeiros aos bens de raiz, mas, na Argentina, que é “bastante liberal”, 10% do território estão nas mãos de investidores estrangeiros. “Possivelmente o



Lobão: é preciso evitar a apropriação descontrolada do território brasileiro

Brasil não esteja enfrentando situação tão próxima à da Argentina, mas é preciso que os instrumentos legais estejam à mão e sejam devidamente utilizados”, disse.

Augusto comemora os quatro anos do Bolsa Família

Os quatro anos de implantação do Bolsa Família foram comemorados por Augusto Botelho (PT-RR). O senador ressaltou a presença do Bolsa Família em todos os municípios, atendendo a 11 milhões de famílias no país, e a exigência do programa da permanência na escola de crianças das famílias beneficiadas.

Augusto informou que de 2004 a 2007 a quantidade de alunos



Augusto destaca que programa exige frequência escolar das crianças

com frequência escolar igual ou superior a 85% passou de 6 milhões para 11,6 milhões, e apenas 2,13% dos alunos hoje apresentam frequência inferior a 85% das aulas.

Gilvam propõe aumento das penas em acidentes graves de trânsito

Gilvam Borges (PMDB-AP) apresentou ontem um projeto que altera o Código de Trânsito Brasileiro tipificando mais detalhadamente as conseqüências dos delitos graves e aplicando penas maiores nesses casos.

Conforme o PLS 594/07, as penas podem chegar a 20 anos de prisão, multa e suspensão da carteira de habilitação.

– A lei vigente diz que se você matar alguém no trânsito por estar dirigindo embriagado ou por estar promovendo “pega”, está sujeito à detenção de dois a quatro anos.



Gilvam acredita que punição mais grave será um exemplo para os outros motoristas

Na prática, com um bom advogado, a pena termina se restringindo ao pagamento de uma cesta básica mensal – disse o senador.

DIÁRIOS

SENADO

CONGRESSO

Senado Federal
Arquivos na íntegra
desde 1977

Congresso Nacional
Arquivos na íntegra
desde 2001

acesse:
www.senado.gov.br



Busca textual

Acesso rápido SF e CN

Pesquisa por data

Política de Acessibilidade



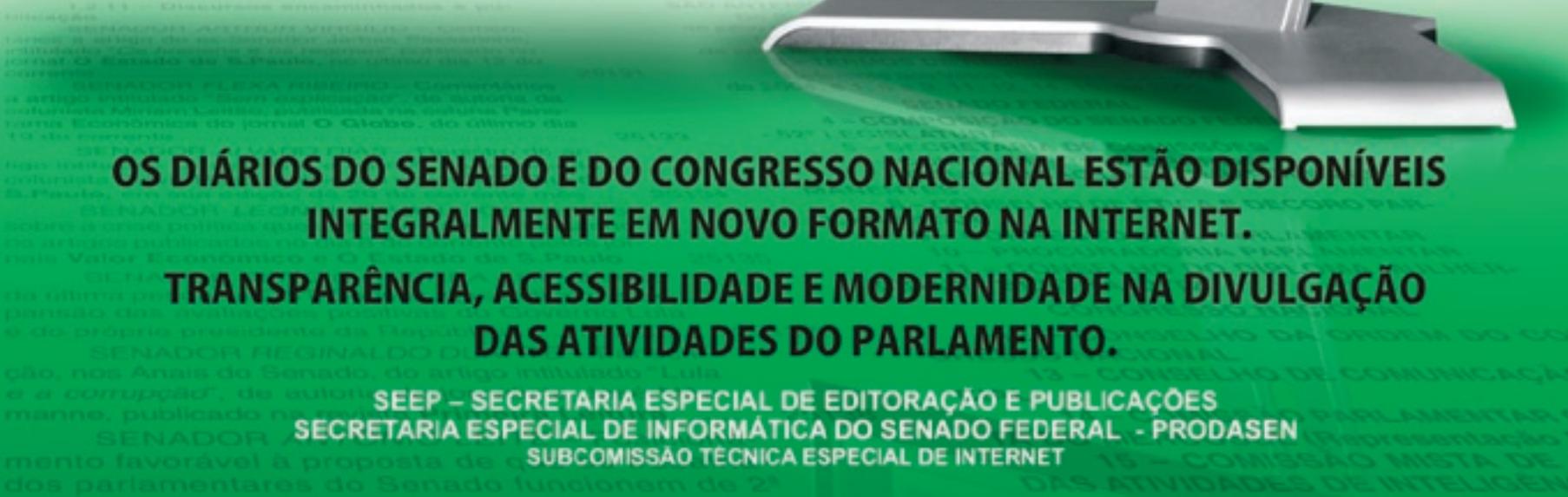
O portal de publicações segue normas internacionais de acessibilidade e está em conformidade com orientações de sustentabilidade e economia propostas pela Mesa Diretora do Senado Federal.

SEEP - Serviço de Multimídia

OS DIÁRIOS DO SENADO E DO CONGRESSO NACIONAL ESTÃO DISPONÍVEIS INTEGRALMENTE EM NOVO FORMATO NA INTERNET.

TRANSPARÊNCIA, ACESSIBILIDADE E MODERNIDADE NA DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO PARLAMENTO.

SEEP – SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES
SECRETARIA ESPECIAL DE INFORMÁTICA DO SENADO FEDERAL - PRODASEN
SUBCOMISSÃO TÉCNICA ESPECIAL DE INTERNET



Fotos: Leopoldo Silva



Alvaro Dias: rodovias federais no Paraná cobrarão dez vezes menos que estaduais

Alvaro Dias apóia movimento pela redução de pedágios

As recentes licitações de trechos de rodovias federais levaram a Assembléia Legislativa do Paraná a criar a Frente Ampla pelos Avanços Sociais, que recebeu ontem o apoio de Alvaro Dias (PSDB-PR). A diferença entre as tarifas de pedágio a serem cobradas nos trechos licitados e as cobradas hoje revoltou os deputados estaduais, disse.

– Enquanto a tarifa até Paranaçu custa R\$ 10,90, os três trechos de vias federais no litoral do estado vão cobrar R\$ 1,02.

O senador informou que, em 2006, as concessionárias paranaenses arrecadaram R\$ 750 milhões, mas investiram R\$ 140 milhões.

Sibá relata reunião entre Brasil, Índia e África do Sul

O senador Sibá Machado (PT-AC) relatou ontem sua participação na comitiva do Parlamento brasileiro presente à 2ª Reunião de Cúpula da Índia, Brasil e África do Sul, o Fórum Ibas.

Além dos presidentes Luiz Inácio Lula da Silva e Thabo Mbeki, da África do Sul, e do primeiro-ministro da Índia, Manmohan Singh, o fórum teve a presença de acadêmicos, parlamentares, empresários e professores.

O Ibas promove desde 2003 o diálogo entre os três países. Nesse encontro, no país africano, foram assinados acordos nas áreas de comércio, etanol, transporte marítimo e aviação civil.



Segundo Sibá Machado, os três países assinaram vários acordos de cooperação

Aprovado na semana passada, projeto estimula empresas a ampliar de quatro para seis meses o período em que a mãe terá para dedicar-se exclusivamente ao bebê

Paim comemora repercussão positiva de licença maior às mães

A repercussão positiva na imprensa e na sociedade da ampliação por 60 dias do período de licença-maternidade foi comemorada ontem pelo senador Paulo Paim (PT-RS). Ele foi relator da proposta da senadora Patrícia Saboya (PDT-CE) aprovada semana passada, em decisão terminativa, pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH).

O projeto (PLS 281/05), que deverá seguir para análise da Câmara dos Deputados sem necessidade de apreciação pelo Plenário do Senado, oferece incentivo fiscal à empresa que conceder dois meses a mais de licença após os quatro meses garantidos pela Constituição. Paim salientou que as mães adotantes e servidoras públicas também serão beneficiadas.

Para ele, a repercussão positiva ressalta a importância da presença



Paulo Paim foi o relator da proposta que dá à mãe mais tempo com recém-nascido

da mãe nos primeiros meses de vida da criança, principalmente no que se refere à amamentação.

A adesão à licença de seis meses, explicou Paim, será optativa tanto para as empresas quanto para as gestantes. E a empresa que aceitar o novo modelo, poderá deduzir do Imposto de Renda devido as despesas dos últimos dois meses da licença.

O senador leu na íntegra editorial do jornal *Folha de S.Paulo* destacando que a Organização Mundial de Saúde (OMS) recomenda o leite materno como principal alimento dos recém-nascidos nos primeiros 180 dias de vida.

Em aparte, o senador Mão Santa (PMDB-PI) elogiou o pronunciamento do colega.

Segundo a Convenção da Proteção da Maternidade, adotada pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) em 2001, vários países já concedem licença-maternidade superior a quatro meses (16 semanas), ou o equivalente em dias. Entre eles estão Noruega, Dinamarca, Venezuela e Cuba (18 semanas); Canadá (17 a 18 semanas); França (16 a 26 semanas); Polônia (16 a 18 semanas); Itália (5 meses); Rússia (140 dias); Ucrânia (126 dias); e Suécia (480 dias).

Papaléo acusa governo de criar TV pública para manter-se no poder

O senador Papaléo Paes (PSDB-AP) condenou a criação de uma TV pública pelo Executivo e questionou a necessidade de medida provisória (MP 398/07) para esse fim. Ele acusou o governo Lula de tentar utilizar-se de um instrumento de comunicação poderoso para concretizar seu projeto de manter-se no poder por tempo indefinido.

A MP cria a Empresa Brasil de Comunicação – união do patrimônio e das equipes da Radiobrás com a Associação de Comunicação Educativa Roquette Pinto (Acerp), que coordena a TVE do Rio de Janeiro. Segundo Papaléo, o diretor-presidente, o

diretor-geral, os três integrantes do conselho fiscal e os 20 integrantes do conselho curador do órgão são nomeados pelo presidente da República.

– Uma estrutura desse porte jamais será imune às pressões do Executivo. O governo será criticado? O ministro das Comunicações [Franklin Martins] afirma que a TV servirá para a realização de cursos e utilidades educativas. Mas o Executivo já não dispõe da TV Cultura, das TVs educativas e outras que produzem cursos supletivos, telecurso 2º grau e ensino a distância? – questionou.

Papaléo chamou a atenção também para o custo anual da TV pú-



A MP que cria a TV pública não é urgente nem relevante, na visão de Papaléo Paes

blica (cerca de R\$ 350 milhões), que considera exorbitante.

– A TV pública, ou TV Lula, é desnecessária, redundante, de altíssimo custo e a sua criação por MP demonstra ingerência do Executivo sobre o Congresso – acrescentou Papaléo, apoiado em apertes por Pedro Simon (PMDB-RS) e Mão Santa (PMDB-PI).



Mesquita Júnior afirma que livro ajudará a superar desconhecimento e preconceito

Mesquita Júnior elogia biografia do bispo Edir Macedo

O senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) elogiou ontem o livro *O bispo – A história revelada de Edir Macedo*, de Douglas Tavolaro e Cristina Lemos, baseado em depoimentos do fundador da Igreja Universal do Reino de Deus.

Para o senador, o livro é “o maior lançamento editorial do ano”. Ele aproveitou para revelar uma fraqueza pessoal.

– Há anos venho me equilibrando entre o desconhecimento e o preconceito. Esse livro me ajudará a reconhecer a ousadia de Edir Macedo. Quem sabe não tenho sido de certa forma injusto? – refletiu.

Pesquisa mostra descrença de jovens em políticos

O senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) comentou pesquisa de instituto do jornal *Tribuna do Norte*, de Natal, que demonstra a descrença dos jovens nos políticos locais.

Segundo o levantamento, 68% dos universitários acreditam que a classe política só recuperará a credibilidade em longo prazo, e 76,33% dos entrevistados até 16 anos não crêem nos políticos.

– Não podemos ser indiferentes. Os jovens de 16 anos não estão mais preocupados em tirar o título de eleitor – disse.

Para ele, a Justiça deve punir a corrupção para que os jovens separem “o joio do trigo”.



Garibaldi Alves citou que 76% dos jovens até 16 anos não crêem nos políticos

Marco Maciel presta homenagem a José Aparecido

O senador Marco Maciel (DEM-PE) lamentou ontem o falecimento, na sexta-feira, do ex-ministro da Cultura e ex-governador do Distrito Federal José Aparecido de Oliveira. Ele morreu em Belo Horizonte, aos 78 anos, de câncer.

O senador, que assinou requerimento de pesar juntamente com

Gim Argelo (PTB-DF), recordou que José Aparecido foi o primeiro ministro da Cultura do Brasil, durante o governo Sarney.

Maciel destacou que foi sob o governo de José Aparecido (1985-1988) que Brasília foi elevada à condição de Patrimônio Cultural da Humanidade.

– José Aparecido viveu mo-

mentos graves da nossa história, e sua contribuição jamais será esquecida – disse Maciel.

Papaléo Paes (PSDB-AP) lembrou que Aparecido foi ainda embaixador do Brasil em Portugal entre 1992 e 1994. José Aparecido nasceu em Conceição do Mato Dentro (MG). Era casado e tinha dois filhos.

Especial Fidelidade partidária, novamente aprovada pelo Senado após as decisões do Judiciário, esbarra na dificuldade do Congresso para chegar a consenso

Discutida há mais de dez anos, reforma política amadurece

Proposta de emenda à Constituição (PEC 23/07) que assegura aos partidos a titularidade dos mandatos parlamentares e dos mandatos eletivos do Poder Executivo foi aprovada na semana passada pelo Senado. O texto, de Marco Maciel (DEM-PE), recebeu modificações do relator, senador Tasso Jereissati (PSDB-CE), e prevê a perda do mandato do político que se desligar do partido pelo qual foi eleito, salvo em casos de extinção, incorporação ou fusão da legenda.

A deliberação sobre fidelidade partidária foi, como afirmou o presidente interino da Casa, Tião Viana, uma tentativa de dar resposta à sociedade diante de um processo chamado por especialistas de “judicialização da política”. Percepção reforçada pelas decisões do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e do Supremo Tribunal Federal (STF), segundo as quais os mandatos proporcionais pertencem aos partidos. O TSE já deliberou o mesmo para os cargos majoritários e espera-se que o STF confirme a sentença.

No entanto, há mais de dez anos o Congresso Nacional discute a



Marco Maciel, autor da proposta relatada por Jereissati: luta para fortalecer partidos

reforma política. Como informa o consultor legislativo Caetano Araújo, as primeiras comissões especiais a analisar o assunto foram instituídas na legislatura 1995-1999. A comissão criada pelo Senado concluiu os trabalhos em 1998. Para sanar o “problema de representatividade”, propunha-se, por exemplo, a substituição do sistema de voto proporcional em listas abertas pelo voto distrital misto. Além disso, foram sugeridas a proibição de coligações nas eleições proporcionais, a instituição da fidelidade partidária, o financiamento público de campanhas e a cláusula de barreiras. Segundo Araújo, procurava-se di-



minuir a fragilidade dos partidos. “Há uma separação radical entre o período de campanha e eleição e o período posterior à posse dos eleitos, ao ponto de as ações dos representantes ganharem autonomia absoluta ante as intenções dos representados”, explica. Ele vê como exemplo mais claro dessa “distorção da vontade do eleitor” a migração entre legendas durante o exercício dos mandatos.

Marco Maciel entende que o “troca-troca” entre legendas contribui para enfraquecer o Parlamento: “Na legislatura passada, ocorreram 345 mudanças. Número extremamente elevado, já que o Congresso tem 594 membros”.

Senado adota a estratégia de aprovar alterações pontuais

No início de 1999, lembra o consultor Caetano Araújo, as matérias propostas pela comissão especial criada no Senado para analisar a reforma política foram arquivadas. Em 2002, foi a vez de a Câmara criar uma comissão especial, chegando a conclusões quase idênticas às do Senado. O projeto enfrentou fortes resistências.

– As alterações mexem muito com interesses de parlamentares do sistema atual, que resistem a mudanças. E a discussão sempre volta praticamente a zero – observou Felipe Basile, também consultor do Senado.

Diante da dificuldade de aceitação das mudanças em bloco, as lideranças optaram por alterações pontuais, e diversos projetos foram encaminhados à Câmara. Destacam-se os que tratam da cláusula de barreira, do voto proporcional em listas fechadas, do financiamento público exclusivo de campanhas e do fim de coliga-



Projeto do ex-senador Jorge Bornhausen proibiu showmícios nas campanhas

ções nas eleições proporcionais.

A estratégia resultou na aprovação do PLS 275/05, do então senador Jorge Bornhausen, que conferiu mais transparência às campanhas. O projeto foi adotado pela Justiça Eleitoral e vigorou nas eleições de 2006. Assim, as contas dos candidatos ficaram disponíveis na internet e foram proibidos *showmícios*, *outdoors* e distribuição de brindes nas campanhas.

Para Maciel, sociedade começa a pressionar

O senador Marco Maciel (DEM-PE) disse que as dificuldades para se levar adiante a reforma política não se devem exclusivamente aos problemas internos do Legislativo, mas também à própria falta de participação e de interesse dos eleitores.

– A demora se deve, em grande parte, à complexidade da matéria e ao pouco conhecimento da sociedade sobre o assunto. Não havia consciência de que a reforma era fundamental para assegurar a governabilidade e melhorar as instituições políticas, dando-lhes maiores condições de resposta às demandas da população – observou.

Mas o quadro mudou, acredita o senador.

– A sociedade, finalmente, começou a pressionar no sentido da reforma política – afirmou Maciel.

Falta de sintonia entre as duas Casas dificulta mudanças

O Congresso começou 2007 procurando agilizar mudanças nas regras do sistema político. Após rejeitarem uma série de projetos de lei do Senado, as lideranças da Câmara conseguiram colocar em pauta, em junho, projeto de lei (PLC 1.210/07) do deputado Regis de Oliveira (PSC-SP) que dispõe sobre funcionamento parlamentar, voto de legenda em listas partidárias preordenadas, instituição de federações partidárias e financiamento de campanha e coligações partidárias.

Estabeleceu-se que as alterações seriam votadas uma a uma. Mas os deputados só conseguiram rejeitar a instituição das listas preordenadas para eleições proporcionais. Não foi possível chegar a um entendimento para se votar o próximo item – o financiamento público exclusivo para as campanhas eleitorais. O PLC recebeu 346 emendas. E há deputados que defendem plebiscito para delegar à população a palavra final sobre os temas mais polêmicos.

Já o Senado seguiu com a estratégia de apostar em mudanças pontuais. A batalha começou a ser travada na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), com várias propostas de emenda à Constituição, como a da fidelidade partidária, a que introduz a cláusula de barreira (PEC 2/07), também de Marco Maciel, e a que proíbe coligações em eleições proporcionais (PEC 29/07), do senador Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE).

Um acordo permitiu que as PECs fossem incluídas na pauta do Plenário, e o primeiro resultado foi sentido na semana passada. Nos próximos dias, haverá decisão sobre coligações na disputa pelos cargos de deputados e vereadores e possíveis distinções entre partidos políticos, para fins de funcionamento parlamentar, com base no seu desempenho eleitoral.

Mas a viabilização das mudanças depende de que a Câmara e o Senado entrem em sintonia, o que nem sempre é simples.

– As mudanças eleitorais têm um impacto diferente sobre eleições de deputados e senadores. É mais fácil para os senadores discutirem uma mudança no sistema proporcional, porque ela não os afeta. Os deputados, por sua vez, podem se sentir melindrados com alguma modificação nesse sentido, e têm mais dificuldades de criar um consenso – afirmou o consultor legislativo Felipe Basile.

A PEC da fidelidade partidária do Senado teve fortes críticas na Câmara. Para os deputados, a matéria não prevê ampla defesa para os que se desfiliarem: bastaria a comunicação do partido à Justiça eleitoral para a decretação de perda do mandato.

A Câmara aprovou projeto de lei complementar – PLP 35/07, do deputado Luciano Castro (PR-RR) – que torna inelegível o parlamentar que mudar de partido nos quatro anos seguintes, a contar da data de sua diplomação ao cargo para o qual foi eleito. Seria uma fidelidade partidária mais flexível. Enviado ao Senado, o projeto está na CCJ. Jarbas Vasconcelos, relator, é pela inconstitucionalidade, injuridicidade e, no mérito, pela rejeição do projeto.

Para Basile, a tendência da Câmara será condicionar a aprovação das PECs do Senado à reforma mais ampla. As decisões do TSE e do Supremo podem abrir uma exceção à fidelidade partidária.

Se as mudanças não forem aprovadas até outubro de 2009, não valerão para as eleições majoritárias de 2010. No entanto, Marco Maciel é otimista: “Sempre é possível chegar a entendimento, nas duas Casas, nas questões mais importantes”.



Mudanças no sistema eleitoral propostas pelo Senado foram rejeitadas pela Câmara